

NILÓPOLIS - RJ

CÂMARA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS - RIO DE
JANEIRO - RJ

Contador

001/2026

CÓD: SL-044JL-26
7901183002399

Língua Portuguesa

1. Leitura: Compreensão e interpretação de textos	9
2. Sequências Textuais: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa, injuntiva e dialogal.....	12
3. Gêneros textuais/discursivos	13
4. Coerência e coesão textuais	21
5. Concordância nominal e verbal	22
6. Regência nominal e verbal.....	26
7. Classes de palavras: usos e adequações	30
8. Organização sintática do período simples e do período composto	40
9. Pontuação	44
10. Modos básicos de citar o discurso alheio	47
11. Relações semânticas entre palavras (sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia, polissemia)	49
12. Organização do parágrafo	52

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica	63
2. Argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação. Lógica de argumentação (analogias, inferências, deduções e conclusões)	69
3. Diagramas lógicos	72
4. Compreensão de estruturas lógicas.....	74
5. Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais e reais) e operações com conjuntos. Operações, propriedades e aplicações (soma, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação)	77
6. Razões e proporções (grandezas diretamente proporcionais, grandezas inversamente proporcionais)	89
7. Porcentagem.....	91
8. Regras de três simples e compostas	92
9. Noções de Estatística: Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos; Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda.....	93
10. Princípios de contagem e probabilidade. Arranjos e permutações. Combinações.....	99
11. Sistemas de medidas	107
12. Volumes	110

Noções de Informática

1. Função e Características dos Principais Dispositivos utilizados em um computador. Conceitos básicos sobre hardware e software. Dispositivo de entrada e saída de dados.....	121
2. Noções de sistema operacional (Windows).....	126
3. Internet: Navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.....	134

4. Conhecimento básico no pacote Microsoft Office. Editor de texto (Microsoft Office - Word 2021): Formatação de Fonte e Parágrafo; Bordas e Sombreamento; Marcadores, Numeração e Tabulação; Cabeçalho, Rodapé e Número de Páginas; Manipulação de Imagens e Formas; Configuração de página; Tabelas. Planilha eletrônica (Microsoft Office - Excel 2021): Formatação da Planilha e de Células; criar cálculos utilizando as quatro operações; formatar dados através da Formatação Condicional; representar dados através de Gráficos. Configuração de Impressoras. Apresentação (Microsoft Office - PowerPoint 2021): Caixas de Texto, imagens e impressão de slides, Formas, Girando Objetos e Efeitos de Preenchimento, Organização de objetos e Plano de Fundo, Tabelas e Gráficos, Transições, Hiperlink e Inserção de Áudios	139
5. Correio Eletrônico (e- mail).....	146
6. Videoconferências Microsoft Teams e Google Meet: criação de reuniões on-line. Acesso e operações: iniciar videoconferência, gravar reunião, compartilhar tela.....	149

Legislação Básica Aplicada à Administração Pública

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Direitos e garantias fundamentais.....	159
2. Administração Pública; Princípios constitucionais da Administração Pública; Servidores públicos.....	169
3. Acesso à informação; Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI); Transparência e controle social....	175
4. Controle da Administração Pública	183
5. Organização dos Municípios e Poder Legislativo Municipal: Competências constitucionais dos Municípios; Organização político-administrativa municipal; Funções legislativa, fiscalizadora e administrativa da Câmara Municipal; Processo Legislativo Municipal	185
6. Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações (Lei de Improbidade Administrativa).....	187
7. Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)	196
8. Ética no serviço público: Princípios éticos da Administração Pública; Moralidade administrativa	210
9. Lei Orgânica do Município de Nilópolis	213
10. Regimento Interno da Câmara Municipal de Nilópolis	213

Conhecimentos Específicos Contador

1. Contabilidade Geral: conceitos, patrimônio, contas patrimoniais e de resultado, escrituração contábil, método das partidas dobradas, balancete de verificação, demonstrações contábeis e análise contábil	219
2. Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).....	224
3. Patrimônio Público.....	224
4. Receita Pública.....	230
5. Despesa Pública; Restos a Pagar	231
6. Dívida Pública.....	232
7. Orçamento Público: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA); Créditos Adicionais	236
8. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)	240
9. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)	244
10. Lei Federal nº 4.320/1964.....	246
11. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)	255
12. Lei Federal nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos): princípios, planejamento das contratações, contratação direta, contratos administrativos, fiscalização e gestão contratual	272
13. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e Estrutura Conceitual.....	317

ÍNDICE

14. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) vigente	317
15. Controle Interno, Controle Externo, Governança Pública e Accountability	317
16. Auditoria Contábil e Auditoria Governamental	322
17. Prestação e Tomada de Contas	326
18. Controle externo exercido pelos Tribunais de Contas. Normas, deliberações e orientações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ)	327
19. Sistemas de informações contábeis aplicados ao setor público	330
20. Análise das Demonstrações Contábeis	335
21. Contabilidade e Orçamento do Poder Legislativo Municipal	339
22. Limites constitucionais, legais e financeiros aplicáveis às Câmaras Municipais.....	342
23. Duodécimo.....	345
24. Responsabilidade na Gestão Fiscal; Transparência pública, controle social, prestação de contas e Portal da Transparência.....	348

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA: COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.
- **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

NOÇÕES BÁSICAS DA LÓGICA MATEMÁTICA: PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS, EQUIVALÊNCIA E IMPLICAÇÃO LÓGICA

LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

► Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

► Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhosos!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: “João é engenheiro.”
- q: “Maria é professora.”

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

► Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

▪ “O céu é azul.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

▪ “Quantos anos você tem?” – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

▪ “João é alto.” – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

▪ “Seja bem-vindo!” – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

▪ “ $2 + 2 = 4$.” – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

▪ “Ele é muito bom.” – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).

AMOSTRA

- **“Choveu ontem.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **“Esta frase é falsa.”** – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- **“Abra a janela, por favor.”** – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- **“O número x é maior que 10.”** – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

(B) Não sabemos os valores de x e y, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.

(C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.

(D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.

(E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

Resposta: B.

► Conectivos Lógicos

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	$\sim$ ou $\neg$	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	$\wedge$	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	$\vee$	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	$\oplus$	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	$\rightarrow$	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	$\leftrightarrow$	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo: (VUNESP)

Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

FUNÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS DISPOSITIVOS UTILIZADOS EM UM COMPUTADOR. CONCEITOS BÁSICOS SOBRE HARDWARE E SOFTWARE. DISPOSITIVO DE ENTRADA E SAÍDA DE DADOS

HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicas, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

► Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização

► **Relação de dependência entre hardware e software**

Funcionamento integrado do sistema computacional

Hardware e software dependem um do outro para que o computador funcione corretamente. Quando o usuário abre um programa, como um navegador de internet, o software envia instruções ao sistema operacional, que organiza o uso do processador, da memória, do armazenamento e dos dispositivos de rede. O hardware executa fisicamente essas operações, enquanto o software coordena o que deve ser feito.

Essa integração ocorre continuamente, mesmo em tarefas simples. Ao digitar uma palavra, o teclado envia sinais ao computador; o sistema interpreta esses sinais; o processador realiza operações; a memória guarda temporariamente as informações; e o monitor exibe o resultado. Assim, cada ação do usuário envolve uma sequência coordenada entre componentes físicos e instruções lógicas.

► **Ciclo básico de funcionamento de um sistema computacional**

Entrada, processamento, armazenamento e saída

O funcionamento básico de um sistema computacional pode ser compreendido por meio de quatro etapas principais: entrada, processamento, armazenamento e saída. Na entrada, o computador recebe dados por meio de dispositivos como teclado, mouse, microfone, câmera ou scanner. No processamento, o processador e a memória trabalham com esses dados conforme as instruções do software. No armazenamento, as informações podem ser guardadas temporariamente na memória ou de forma permanente em unidades como HD, SSD ou serviços em nuvem. Por fim, na saída, o resultado é apresentado ao usuário por meio do monitor, impressora, alto-falantes ou outros dispositivos.

Esse ciclo permite entender que o computador não “pensa” sozinho; ele executa instruções previamente definidas. Sua eficiência depende da qualidade do hardware, da adequação do software e da forma como ambos interagem. Por isso, conhecer os fundamentos de hardware e software é indispensável para usar, manter, avaliar e solucionar problemas em sistemas computacionais.

Você tem razão. A segunda seção ficou longa demais para o padrão que você definiu. Vou ajustar o material para trabalhar com seções mais enxutas, mantendo profundidade, mas sem excesso. Substitua a segunda seção por esta versão mais curta.

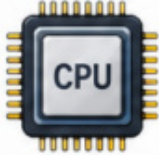
HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

► **Conceito de hardware**

Parte física do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, cabos, placas, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware é a parte material do sistema, isto é, aquilo que pode ser tocado, conectado, substituído ou reparado.

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware de forma didática, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função	Exemplos
Processamento 	Executa instruções e operações lógicas.	Processador e placa de vídeo. 
Memória e armazenamento 	Guarda dados temporários ou permanentes.	RAM, ROM, HD, SSD e pen drive. 

LEGISLAÇÃO BÁSICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;(Vide Lei nº 13.105, de 2015)(Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;(Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir - se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo - se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar - se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do «de cujus»;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GERAL: CONCEITOS, PATRIMÔNIO, CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO, ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS, BALANCETE DE VERIFICAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ANÁLISE CONTÁBIL

FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE E ESTRUTURA PATRIMONIAL

► Conceitos Fundamentais da Contabilidade

A Contabilidade é a ciência social aplicada responsável por estudar, registrar, controlar e interpretar os fatos que provocam alterações no patrimônio das entidades. Sua atuação não se limita ao simples registro de valores, pois também envolve a produção de informações úteis para o planejamento, o controle e a tomada de decisões. Por meio de técnicas e procedimentos próprios, a Contabilidade transforma os acontecimentos econômicos e financeiros de uma entidade em informações organizadas, permitindo compreender sua situação patrimonial, financeira e econômica.

O objeto de estudo da Contabilidade é o patrimônio das entidades. Esse patrimônio pode pertencer a empresas privadas, órgãos públicos, entidades sem fins lucrativos ou pessoas que desenvolvam atividades econômicas organizadas. A Contabilidade acompanha as modificações ocorridas nesse patrimônio ao longo do tempo, identificando os recursos controlados pela entidade, suas obrigações e o valor pertencente aos proprietários ou sócios.

A principal finalidade da Contabilidade é fornecer informações úteis aos seus usuários. Essas informações são utilizadas para avaliar a capacidade de pagamento da entidade, seu nível de endividamento, sua rentabilidade, sua eficiência operacional e suas perspectivas de continuidade. Os dados contábeis também auxiliam na comparação entre diferentes períodos, permitindo verificar se houve crescimento, redução patrimonial, geração de lucro ou ocorrência de prejuízo.

Os usuários da Contabilidade podem ser internos ou externos. Os usuários internos são aqueles que participam da administração da entidade, como gestores, diretores, supervisores e responsáveis pelo planejamento. Eles utilizam as informações contábeis para definir estratégias, controlar gastos, estabelecer metas e acompanhar resultados. Os usuários externos não participam diretamente da gestão, mas possuem interesse nas

informações produzidas, como investidores, instituições financeiras, fornecedores, clientes, órgãos governamentais e demais interessados.

A informação contábil deve apresentar determinadas características para cumprir adequadamente sua finalidade. Ela precisa ser relevante, confiável, comparável, compreensível e apresentada em tempo oportuno. Uma informação relevante é capaz de influenciar uma decisão. A confiabilidade está relacionada à apresentação adequada dos fatos registrados. A comparabilidade permite analisar diferentes períodos ou entidades, enquanto a compreensibilidade exige que os dados sejam apresentados de forma clara e organizada.

► Patrimônio e Seus Elementos

O patrimônio representa o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes ou vinculados a uma entidade em determinado momento. Esses elementos são avaliados economicamente e organizados de maneira a demonstrar a posição patrimonial da entidade. O estudo do patrimônio permite identificar o que a entidade possui, o que tem a receber, o que deve a terceiros e qual é a parcela efetivamente pertencente aos proprietários.

Bens, Direitos e Obrigações

Os bens são elementos materiais ou imateriais que possuem valor econômico e podem ser utilizados na realização das atividades da entidade. Entre os bens materiais encontram-se o dinheiro em caixa, mercadorias, veículos, máquinas, imóveis, móveis e equipamentos. Os bens imateriais não possuem existência física, mas apresentam valor econômico, como marcas, patentes, softwares e direitos de uso.

Os direitos correspondem aos valores que a entidade tem a receber de terceiros. Surgem, por exemplo, quando a empresa realiza uma venda a prazo, concede um empréstimo, efetua um adiantamento ou possui valores depositados em instituições financeiras. Duplicatas a receber, clientes, empréstimos concedidos e aplicações financeiras são exemplos de direitos.

As obrigações representam compromissos assumidos pela entidade perante terceiros. São valores que deverão ser pagos em decorrência de compras, empréstimos, tributos, salários ou outras responsabilidades. Fornecedores, empréstimos bancários, salários a pagar, impostos a recolher e contas de consumo a pagar constituem exemplos de obrigações.

A distinção entre bens, direitos e obrigações é essencial para a correta compreensão do patrimônio. Os bens e os direitos representam recursos controlados pela entidade, enquanto as obrigações indicam valores pertencentes a terceiros e que deverão ser liquidados em algum momento.

Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido

O ativo corresponde ao conjunto de bens e direitos controlados pela entidade, dos quais se espera a geração de benefícios econômicos futuros. Integram o ativo os recursos utilizados nas operações, os valores disponíveis e os direitos que poderão ser convertidos em dinheiro ou utilizados na atividade da entidade.

O passivo representa o conjunto de obrigações presentes resultantes de acontecimentos passados, cuja liquidação deverá provocar a saída de recursos da entidade. Essas obrigações podem possuir vencimento em curto ou longo prazo e decorrem de relações com fornecedores, instituições financeiras, empregados, governos e outros credores.

O patrimônio líquido representa o valor residual dos ativos depois de deduzidas todas as obrigações. Em termos simples, indica a parcela do patrimônio pertencente aos proprietários ou sócios da entidade. O patrimônio líquido pode ser formado pelo capital investido, reservas, lucros acumulados e outros componentes previstos nas normas contábeis.

A relação entre esses três grupos demonstra a origem e a aplicação dos recursos da entidade. O ativo evidencia onde os recursos estão aplicados, enquanto o passivo e o patrimônio líquido demonstram de onde esses recursos se originaram. O passivo corresponde ao capital fornecido por terceiros, e o patrimônio líquido representa o capital próprio.

Equação Fundamental do Patrimônio

A equação fundamental do patrimônio expressa a relação existente entre ativo, passivo e patrimônio líquido. Essa relação pode ser representada da seguinte forma:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$$

A igualdade demonstra que todos os recursos aplicados no ativo possuem uma origem. Parte desses recursos pode ter sido obtida junto a terceiros, formando o passivo, e outra parte pode ter sido fornecida pelos proprietários ou gerada pelas próprias atividades da entidade, compondo o patrimônio líquido.

Quando uma empresa adquire um veículo por meio de financiamento, ocorre aumento do ativo, em razão da entrada do veículo, e aumento do passivo, devido ao surgimento da obrigação com a instituição financeira. A igualdade patrimonial é mantida porque o valor registrado no ativo corresponde ao valor registrado no passivo.

Da mesma forma, quando os sócios integralizam capital em dinheiro, ocorre aumento do ativo e aumento do patrimônio líquido. O dinheiro ingressa no caixa ou na conta bancária da entidade, enquanto o capital social registra a origem do recurso.

A equação patrimonial deve permanecer equilibrada após cada fato contábil. Esse equilíbrio constitui um dos fundamentos da escrituração contábil e está diretamente relacionado ao método das partidas dobradas.

Situações Patrimoniais Líquidas

A situação patrimonial líquida demonstra a relação entre o total do ativo e o total das obrigações. Ela pode ser positiva, nula ou negativa, conforme o valor do patrimônio líquido.

A situação líquida positiva ocorre quando o ativo é superior ao passivo. Nesse caso, após o pagamento de todas as obrigações, ainda restam recursos pertencentes aos proprietários. Essa situação indica patrimônio líquido positivo.

A situação líquida nula ocorre quando o ativo possui exatamente o mesmo valor do passivo. Nessa condição, todos os recursos da entidade estão comprometidos com obrigações, não existindo valor residual para os proprietários.

A situação líquida negativa ocorre quando o passivo é superior ao ativo. Isso significa que os recursos disponíveis não são suficientes para quitar todas as obrigações. Essa condição pode ser denominada passivo a descoberto e exige atenção, pois pode indicar desequilíbrio patrimonial ou dificuldade financeira.

► Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais são alterações provocadas pelos fatos contábeis nos elementos que compõem o patrimônio. Essas variações podem modificar apenas a composição patrimonial ou também alterar o valor do patrimônio líquido. De acordo com seus efeitos, os fatos contábeis podem ser classificados como permutativos, modificativos ou mistos.

Fatos Permutativos

Os fatos permutativos são aqueles que alteram a composição do patrimônio sem modificar o valor do patrimônio líquido. Nesses casos, ocorre troca entre elementos patrimoniais, com aumentos e reduções de igual valor.

A compra de mercadorias à vista constitui exemplo de fato permutativo. O valor disponível em caixa ou banco diminui, enquanto o estoque de mercadorias aumenta no mesmo montante. A composição do ativo é modificada, mas o total do patrimônio permanece inalterado.

Também ocorre fato permutativo quando uma dívida é paga. Há redução do ativo, em razão da saída de dinheiro, e redução do passivo, pela extinção da obrigação. O patrimônio líquido não sofre alteração.

Fatos Modificativos

Os fatos modificativos alteram o valor do patrimônio líquido. Podem ser aumentativos ou diminutivos, dependendo do efeito causado.

Os fatos modificativos aumentativos provocam elevação do patrimônio líquido, normalmente em razão do reconhecimento de receitas. A prestação de um serviço, por exemplo, gera receita e aumenta o resultado da entidade.

Os fatos modificativos diminutivos reduzem o patrimônio líquido, geralmente por meio do reconhecimento de custos ou despesas. O pagamento de salários, o consumo de energia elétrica ou a ocorrência de perdas são exemplos de fatos que podem diminuir o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido.